



Tribunais de justiça em conformidade com a agenda 2030 por uma justiça sustentável¹

Courts of justice in compliance with the 2030 agenda for a sustainable justice

Tribunales de justicia en cumplimiento de la agenda 2030 por una justicia sostenible

Odislene Gonçalves Camelo²


 <https://orcid.org/0009-0001-1806-1499>


 <http://lattes.cnpq.br/9616627745317309>

Faculdade Alfa, GO, Brasil

E-mail: odislenecamelo07@gmail.com

Adriano Donizeti Pila³

 <https://orcid.org/0000-0002-1896-1745>

 <http://lattes.cnpq.br/5161-4286-8168-3629>

Faculdade Alfa, GO, Brasil

E-mail: adriano.pila@unialfa.com.br



Resumo

Este trabalho foca na relação entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o alinhamento dos projetos estratégico dos tribunais de justiça em conformidade com a Agenda 2030.

Palavras-chave: Agenda 2030. Justiça. Tribunais. Alinhamento.

Abstract

The study focuses on the analysis of the relationship between the Sustainable Development Goals (SDGs) and strategic projects. Strategic alignment of courts of justice in accordance with the Sustainable Development Goals.

Keywords: Agenda 2030. Justice. Courts. Alignment.

Resumen

Este trabajo se centra en la relación entre los objetivos sostenibles y el alineamiento estratégico de los tribunales de justicia de acuerdo con la agenda 2030.

Palabras clave: Agenda 2030. Justicia. Tribunales. Alineación.

Introdução

O alinhamento estratégico dos Tribunais de Justiça com os objetivos do desenvolvimento Sustentável (ODS) da agenda 2030 é fundamental para promover a aplicação dos princípios de sustentabilidade e justiça em suas atividades. Os ODS estabelecidos pelas Nações Unidas buscam endereçar desafios globais, como pobreza, desigualdades, mudanças climáticas e acesso à justiça

¹ A revisão linguística foi realizada por Dr. Adriano Donizeti Pila

² Discente do Centro Universitário Alves Faria, UNIALFA, Brasil

³ Possui graduação em Bacharel Em Ciência da Computação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), mestrado em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (2001) e doutorado em Ciências da Computação e Matemática Computacional pela Universidade de São Paulo (2007).

A busca por um mundo mais justo, inclusivo e sustentável é um desafio que requer a participação de todos os setores da sociedade. Nesse contexto, os tribunais de justiça desempenham um papel fundamental na promoção da igualdade, no acesso à justiça e na garantia dos direitos individuais e coletivos previstos na Constituição Federal de 1988. Com a adoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável pelas Nações Unidas, surge a oportunidade de alinhar os tribunais de justiça com os objetivos e metas relacionadas nesse plano global.

Resultados e Discussões

Este trabalho discutirá a importância do alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030, destacando os benefícios e os desafios dessa integração.

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a Agenda 2030 implica em incorporar os princípios e diretrizes desse plano em suas políticas, em suas práticas, bem como, em suas decisões. Um dos principais objetivos da agenda 2030 é erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, promovendo a igualdade social e a justiça. Os tribunais de justiça possuem um papel fundamental na garantia dos Direitos Humanos, na proteção dos mais vulneráveis e na promoção da equidade. Ao alinhar suas estratégias com a agenda 2030, os tribunais podem contribuir de forma significativa para o alcance desses objetivos.

Além disso o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030 também está relacionado com a promoção do Estado de Direito e da governança eficaz. A agenda 2030 reconhece a importância de sistemas de justiça acessíveis, transparentes e responsáveis para o desenvolvimento sustentável. Os tribunais de justiça por meio de suas decisões, podem contribuir para fortalecer a governança, assegurando que as políticas públicas estejam em conformidade com os princípios da sustentabilidade e protegendo os direitos das gerações presentes e futuras.

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a Agenda 2030 apresenta desafios. É necessário um esforço conjunto para promover a conscientização e o engajamento de todos operadores da justiça quanto a importância da proposta e Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS).

Além disso, é preciso desenvolver competências e promover troca de experiências e boas práticas entre os tribunais de justiça a fim de integrar efetivamente os princípios da sustentabilidade em suas atividades cotidianas. Outra possibilidade é buscar parcerias com outras instituições, como órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e academia, para promover a implementação conjunta de ações voltadas aos ODS. Essas parcerias podem fortalecer a capacidade de enfrentamento dos desafios socioambientais e contribuir para a construção de um sistema judiciário mais inclusivo, uma justiça acessível

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030 representa uma oportunidade para fortalecer o sistema judiciário na promoção da justiça sustentável. Ao incorporar os princípios da agenda 2030 em suas políticas e práticas, os tribunais de justiça passam a contribuir para a erradicação da pobreza, contribuem com a promoção da igualdade e o fortalecimento do Estado de Direito. Esse processo requer um esforço conjunto e contínuo envolvendo todos (as) que compõem a justiça. Somente com esse alinhamento estratégico os tribunais de justiça podem desempenhar um papel fundamental na construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Enfim, o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 é uma abordagem. Este

trabalho discutirá a importância do alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030, destacando os benefícios e os desafios dessa integração.

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a Agenda 2030 implica em incorporar os princípios e diretrizes desse plano em suas políticas, em suas práticas, bem como, em suas decisões. Um dos principais objetivos da agenda 2030 é erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, promovendo a igualdade social e a justiça. Os tribunais de justiça possuem um papel fundamental na garantia dos Direitos Humanos, na proteção dos mais vulneráveis e na promoção da equidade. Ao alinhar suas estratégias com a agenda 2030, os tribunais podem contribuir de forma significativa para o alcance desses objetivos.

Além disso o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030 também está relacionado com a promoção do Estado de Direito e da governança eficaz. A agenda 2030 reconhece a importância de sistemas de justiça acessíveis, transparentes e responsáveis para o desenvolvimento sustentável. Os tribunais de justiça por meio de suas decisões, podem contribuir para fortalecer a governança, assegurando que as políticas públicas estejam em conformidade com os princípios da sustentabilidade e protegendo os direitos das gerações presentes e futuras.

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a Agenda 2030 apresenta desafios. É necessário um esforço conjunto para promover a conscientização e o engajamento de todos operadores da justiça quanto a importância da proposta e Objetivos do Desenvolvimento sustentável (ODS).

Além disso, é preciso desenvolver competências e promover troca de experiências e boas práticas entre os tribunais de justiça a fim de integrar efetivamente os princípios da sustentabilidade em suas atividades cotidianas. Outra possibilidade é buscar parcerias com outras instituições, como órgãos governamentais, organizações da sociedade civil e academia, para promover a implementação conjunta de ações voltadas aos ODS. Essas parcerias podem fortalecer a capacidade de enfrentamento dos desafios socioambientais e contribuir para a construção de um sistema judiciário mais inclusivo, uma justiça acessível

O alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com a agenda 2030 representa uma oportunidade para fortalecer o sistema judiciário na promoção da justiça sustentável. Ao incorporar os princípios da agenda 2030 em suas políticas e práticas, os tribunais de justiça passam a contribuir para a erradicação da pobreza, contribuem com a promoção da igualdade e o fortalecimento do Estado de Direito. Esse processo requer um esforço conjunto e contínuo envolvendo todos (as) que compõem a justiça. Somente com esse alinhamento estratégico os tribunais de justiça podem desempenhar um papel fundamental na construção de um mundo mais justo, inclusivo e sustentável. Enfim, o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com os objetivos do desenvolvimento sustentável da agenda 2030 é uma abordagem promissora. Ao incorporar os ODS em suas estratégias institucionais, estabelecer metas e indicadores específicos, promover conscientização e estabelecer parcerias, os tribunais de justiça podem contribuir significativamente para a construção de um futuro mais justo e sustentável. Ao incorporar os ODS em suas estratégias institucionais, estabelecer metas e indicadores específicos, promover conscientização e estabelecer parcerias, os tribunais de justiça podem contribuir significativamente para a construção de um futuro mais justo e sustentável.

Considerações Finais

Assim, podemos afirmar que o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) pode

trazer diversas contribuições significativas. Ao adotar uma abordagem de alinhamento estratégico com os ODS, os tribunais de justiça podem promover justiça social e a igualdade, isso contribui para o ODS 10- Redução das Desigualdades. Fortalecer o Estado de Direito e as instituições, ODS 16- Paz, justiça e Instituições Eficazes, pode proteger os direitos humanos, isso está alinhado com o ODS 16 também. Estimular a sustentabilidade ambiental, isso contribui para o ODS 13- Ação contra a Mudança Global do Clima, fomentar a participação cidadã, isso também se relaciona ao ODS 16- Paz, justiça e instituições eficazes.

Enfim, o alinhamento estratégico dos tribunais de justiça com os ODS pode ampliar o impacto positivo, contribuindo para a construção de um mundo mais justo, igualitário e sustentável.

Referências

BADIA, F.; BRACCI, E.; TALLAKI, M. **Qualidade e difusão de relatórios sociais e de sustentabilidade em empresas italianas de serviços públicos**. 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 29 de maio de 2023.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; DIAS, Maria Tereza Fonseca; NICÁCIO, Camila Silva. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. 5. ed. rev. ampl. e atual. São Paulo: Almedina, 2020.

IGREJA, Rebeca Lemos; RAMPIN, Talita Tatiana Dias. **Acesso à justiça: um debate inacabado**. SUPREMA– Revista de Estudos Constitucionais, Brasília, v. 2, pág. 191-220, jul./dez. 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: projeto de pesquisa, pesquisa bibliográfica, teses de doutorado, dissertações de mestrado, trabalhos de conclusão de curso**. 9. ed. Real. João Bosco Medeiros. São Paulo: Atlas, 2021.

NAÇÕES UNIDAS. **Metas de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://sdgs.un.org/goals> . Acesso em: [dados de acesso].

NAÇÕES UNIDAS. Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2020. Disponível em: <https://unstats.un.org/sdgs/report/2020/> . Acesso em: 01 out 2023.

NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. A/RES/70/1. 2015. Disponível em: http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E . Acesso em: 05 out 2023.

OLIVEIRA, AG; CARVALHO, HA; CORRÊA, DP. **Governança Pública E Governabilidade: Accountability E Disclosure Possibilitadas Pela Contabilidade Aplicada Ao Setor Público Como Instrumento De Sustentabilidade Do Estado**.

Revista de Educação e Pesquisa Em Contabilidade (REPeC), v. 1, pág. 91-104, 2013. doi: <https://doi.org/10.17524/repec.v7i1.256>.

ROMA, JC. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e sua Transição para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Ciência e Cultura, v. 1, pág. 33-39, 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000100011>

RODRIGUES, Sara Alves. **ANÁLISE CRÍTICA DOS CEJUSCS COMO MECANISMOS DE ACESSO À JUSTIÇA NO TJGO ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2019** [manuscrito] / Sara Alves RODRIGUES. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Goiás, Unidade Acadêmica Especial de Ciências Sociais Aplicadas, Cidade de Goiás.

ROTTA, Maurício José Ribeiro; VIEIRA, Priscila; ROVER, Aires José; JÚNIOR, Egon Sewald. **Aceleração processual e o processo digital: um estudo comparativo de tempos de tramitação em Tribunais de Justiça**. Revista Democracia Digital e Governo Eletrônico, nº 8, p. 125-154, 2013, ISSN 2175-9391.

SACHS, JD. **Dos objectivos de desenvolvimento do milénio aos objectivos de desenvolvimento sustentável**. The Lancet, v. 9832, pág. 2206-2211, 2012. doi: [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(12\)60685-0](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(12)60685-0)

STAFFORD-SMITH, M. et al. **Integração: a chave para a implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável**. Ciência da Sustentabilidade, v. 12, n. 6, pág. 911-919, 2017. doi: <https://doi.org/10.1007/s11625-016-0383-3>

VIEIRA, SFA; COSTA, BK; BOAVENTURA, JMG. **Análise de stakeholders aplicada em órgãos públicos: o caso da Secretaria de Estado do Turismo do Paraná**. Revista de Ciências Da Administração, v. 31, pág. 81-110, 2011. doi: <https://doi.org/10.5007/2175-8077>